

Educação Inclusiva e Formação Continuada Docente: um estudo de caso na escola municipal de lindoeste

Patrícia Rodrigues Santos

FICS Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
Distrito de Lindoeste/ São Félix do Xingu - Pará
anaclarajeronimorodrigues@gmail.com
<https://lattes.cnpq.br/8837465277393033>

Resumo:

A educação inclusiva pressupõe o direito de todos os alunos à participação plena e efetiva no ambiente escolar, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. No entanto, esse ideal enfrenta inúmeros desafios práticos, especialmente relacionados à formação dos docentes. Este artigo investiga o papel da formação continuada na efetivação da educação inclusiva, tendo como estudo de caso a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental 24 de Junho, localizada no Distrito de Lindoeste, município de São Félix do Xingu (PA). A pesquisa adotou uma abordagem mista, utilizando-se de questionários aplicados a professores da unidade escolar, com questões objetivas e discursivas. Os resultados evidenciaram lacunas significativas na capacitação dos professores para lidar com alunos público-alvo da educação especial, ausência de apoio institucional adequado e escassez de formações contextualizadas e regulares. Além disso, os participantes apontaram a falta de infraestrutura e de recursos pedagógicos específicos como fatores que comprometem a qualidade da inclusão. O estudo conclui que a formação continuada precisa ser constante, prática e conectada às reais necessidades da comunidade escolar, além de estar acompanhada de suporte técnico e políticas públicas eficazes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação Continuada; Prática Docente; Políticas Públicas; Escola Pública.



Recebido em: fev. 2025; Aceito em: junho. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.666

Visadas Investigativas Multitemáticas: Educação, Formação e Ciência

Agosto, 2025, v. 3, n. 29

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Inclusive Education and Continuing Teacher Training: a case study in the municipal school of Lindoeste

Abstract:

Inclusive education presupposes the right of all students to full and effective participation in the school environment, regardless of their physical, intellectual, social, emotional, linguistic or other conditions. However, this ideal faces numerous practical challenges, especially related to teacher training. This article investigates the role of continuing education in the implementation of inclusive education, having as a case study the Municipal School of Infant and Elementary Education 24 de Junho, located in the District of Lindoeste, municipality of São Félix do Xingu (PA). The research adopted a mixed approach, using questionnaires applied to teachers of the school unit, with objective and discursive questions. The results showed significant gaps in the training of teachers to deal with students who are the target audience of special education, absence of adequate institutional support and scarcity of contextualized and regular training. In addition, the participants pointed out the lack of infrastructure and specific pedagogical resources as factors that compromise the quality of inclusion. The study concludes that continuing education needs to be constant, practical and connected to the real needs of the school community, in addition to being accompanied by technical support and effective public policies.

Keywords: Inclusive Education; Continuing Education; Teaching Practice; Public Policies; Public school.

Educación Inclusiva y Formación Docente Continua: un estudio de caso en la escuela municipal de Lindoeste

Resumen:

La educación inclusiva presupone el derecho de todos los estudiantes a una participación plena y efectiva en el entorno escolar, independientemente de sus condiciones físicas, intelectuales, sociales, emocionales, lingüísticas o de otra índole. Sin embargo, este ideal enfrenta numerosos desafíos prácticos, especialmente relacionados con la formación de maestros. Este artículo investiga el papel de la educación continua en la implementación de la educación inclusiva, teniendo como estudio de caso la Escuela Municipal de Educación Infantil y Básica 24 de Junho, ubicada en el Distrito de Lindoeste, municipio de São Félix do Xingu (PA). La investigación adoptó un enfoque mixto, utilizando cuestionarios aplicados a los profesores de la unidad escolar, con preguntas objetivas y discursivas. Los resultados mostraron brechas significativas en la formación de los docentes para atender a los estudiantes que son el público objetivo de la educación especial, ausencia de apoyo institucional adecuado y escasez de capacitación contextualizada y regular. Además, los participantes señalaron la falta de infraestructura y recursos pedagógicos específicos como factores que comprometen la calidad de la inclusión. El estudio concluye que la educación continua debe ser constante, práctica y conectada con las necesidades reales de la comunidad escolar, además de ir acompañada de apoyo técnico y políticas públicas efectivas.

Palabras clave: Educación inclusiva; Educación permanente; Práctica Docente; Políticas Públicas; Escuela pública.

Introdução

A luta pela educação inclusiva no Brasil é marcada por avanços legais e institucionais importantes, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito de todos à educação, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabeleceu o princípio da equidade no atendimento educacional. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforçaram a necessidade de garantir o acesso, a permanência e o aprendizado dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, assegurando-lhes condições adequadas e equitativas de aprendizagem.

A concepção contemporânea de educação inclusiva vai além da simples matrícula de alunos com deficiência nas escolas comuns. Ela pressupõe uma mudança de paradigma pedagógico, que reconhece as diferenças como parte da condição humana e defende a criação de ambientes educacionais acessíveis, colaborativos e responsivos às diversas necessidades dos estudantes. Assim, a inclusão não se resume a um processo de integração, mas exige um esforço conjunto da gestão escolar, dos professores, da comunidade e das políticas públicas para que todos possam aprender com qualidade e dignidade.

Entretanto, a realidade prática das escolas públicas brasileiras, sobretudo nas regiões mais distantes e com menor investimento público, ainda está distante desse ideal. No município de São Félix do Xingu (PA), particularmente no distrito de Lindoeste, a situação educacional apresenta inúmeros desafios que comprometem a efetivação da educação inclusiva. As escolas convivem com sérias dificuldades estruturais, como a ausência de materiais pedagógicos acessíveis, falta de salas de recursos multifuncionais, ausência de brinquedotecas, bibliotecas, espaços adaptados e profissionais especializados. Essas carências revelam o abismo entre as diretrizes legais e a prática pedagógica cotidiana.

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental 24 de Junho, localizada em Lindoeste, é um exemplo desse contexto. Com cerca de 440 alunos e 20 professores, a unidade escolar atende estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I, incluindo alunos público-alvo da educação

especial, mas sem a estrutura física ou humana adequada para responder às suas necessidades específicas. A escola não conta com sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), não possui biblioteca, brinquedoteca, ou laboratório de informática acessível. Além disso, não há psicólogos escolares, intérpretes de Libras, professores de apoio ou cuidadores, o que torna o processo inclusivo ainda mais desafiador.

Diante desse cenário, a formação continuada dos professores desponta como um dos principais fatores para a construção de práticas inclusivas efetivas. A formação docente voltada à inclusão deve ser compreendida como processo permanente, articulado com a realidade da escola e com as especificidades de seus estudantes. No entanto, conforme relato dos próprios educadores da instituição, a maioria das formações oferecidas são teóricas, pontuais e descontextualizadas, não atendendo às demandas reais que surgem no cotidiano da sala de aula. Muitos docentes relataram que se sentem despreparados, inseguros e sobrecarregados para lidar com a diversidade presente em suas turmas, o que demonstra a urgência de repensar o modelo atual de formação continuada.

O presente artigo nasce da inquietação com essa realidade e tem como objetivo analisar de que forma a formação continuada ofertada aos professores da Escola 24 de Junho impacta — positiva ou negativamente — na efetivação da educação inclusiva. Parte-se da hipótese de que a formação docente, quando bem planejada, contínua e conectada à prática, pode transformar a escola em um espaço de acolhimento, respeito e aprendizagem para todos os alunos. Trata-se de um estudo de caso com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), que visa dar voz aos professores da instituição, compreender suas dificuldades, necessidades e sugestões, e contribuir com a formulação de políticas públicas mais efetivas.

Este estudo também busca reforçar que, apesar das limitações estruturais, é possível promover avanços significativos quando os professores são ouvidos, valorizados e apoiados. A formação continuada deve ser vista não como um evento isolado ou uma obrigação burocrática, mas como instrumento de valorização profissional, aprimoramento da prática pedagógica e, acima de tudo, garantia do direito à educação inclusiva de qualidade.

Método

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso com abordagem qualitativa e quantitativa (mista), desenvolvido com o objetivo de investigar as contribuições e limitações da formação continuada de professores no contexto da educação inclusiva, tendo como campo de estudo a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental 24 de Junho, localizada no distrito de Lindoeste, município de São Félix do Xingu, no estado do Pará.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia metodológica apropriada quando se busca compreender fenômenos complexos inseridos em contextos específicos, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Nesse sentido, a escolha pelo estudo de caso justifica-se pela intenção de compreender a realidade vivida por professores de uma única instituição educacional em sua integralidade, considerando as múltiplas variáveis que influenciam o processo de inclusão escolar.

A abordagem qualitativa, conforme defendido por Bogdan e Biklen (1994), permite compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e práticas, o que se mostra fundamental no campo da educação, onde as subjetividades, percepções e crenças dos professores influenciam diretamente suas ações pedagógicas. Por outro lado, a abordagem quantitativa foi incorporada para mensurar e organizar, de forma objetiva, os dados obtidos a partir de respostas fechadas nos questionários, ampliando a validade e a robustez da análise dos resultados.

Sujeitos da pesquisa

Participaram deste estudo 8 professores do Ensino Fundamental I da Escola 24 de Junho, todos atuantes no período matutino e/ou vespertino. Os participantes foram selecionados com base no critério de conveniência, por estarem diretamente envolvidos com o atendimento de alunos da educação especial e se disponibilizarem voluntariamente para colaborar com a pesquisa. O pequeno número de participantes se justifica pelo porte da escola e pelas limitações institucionais, o que não compromete a profundidade da análise, dado o caráter qualitativo do estudo.

Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

O principal instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado, composto por questões fechadas (de múltipla escolha) e abertas (discursivas), que permitiram aos professores expressarem suas opiniões, percepções, dificuldades e sugestões sobre a formação continuada e a prática da inclusão escolar.

O questionário foi elaborado com base em referenciais teóricos da área da educação inclusiva e formação docente (Mantoan, 2015; Nóvoa, 1992; Perrenoud, 2001; Sasaki, 2010) e validado previamente por um grupo de docentes da rede municipal com características semelhantes às dos participantes da pesquisa, o que garantiu maior clareza, coerência e relevância às perguntas formuladas.

A aplicação do instrumento ocorreu presencialmente, no ambiente da própria escola, em dias e horários previamente agendados com os docentes, respeitando os protocolos éticos de confidencialidade e anonimato. Cada participante foi informado sobre os objetivos da pesquisa, a voluntariedade da participação e o direito de se retirar a qualquer momento, conforme os princípios da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio de duas abordagens complementares:

Análise quantitativa descritiva: foi utilizada para sistematizar as respostas fechadas, por meio de frequências simples (percentuais), organizadas em gráficos e tabelas. Isso permitiu identificar padrões, tendências e percepções majoritárias entre os docentes sobre aspectos da formação continuada e da prática inclusiva.

Análise de conteúdo temática: aplicada às respostas discursivas, seguindo a proposta de Bardin (2011), a qual possibilita a identificação de categorias e subcategorias emergentes a partir dos discursos dos sujeitos. As respostas abertas foram organizadas, lidas exaustivamente e categorizadas de

forma a garantir fidelidade às falas dos participantes e coerência com os objetivos da pesquisa.

As análises buscaram evidenciar não apenas as opiniões individuais, mas também os aspectos recorrentes, as contradições, os silêncios e as sugestões apontadas pelos professores, permitindo uma interpretação densa e contextualizada da realidade educacional da escola.

Limitações da pesquisa

Esta pesquisa possui algumas limitações importantes, especialmente no que diz respeito à amostragem reduzida (em virtude do número restrito de professores na escola investigada) e à impossibilidade de generalização dos resultados para outras instituições ou redes de ensino. No entanto, por se tratar de um estudo qualitativo de caso, o objetivo não foi generalizar, mas compreender a fundo uma realidade específica, podendo servir de base para reflexões, comparações e futuras investigações em contextos similares.

Também se destaca como limitação a falta de triangulação com outros sujeitos da comunidade escolar (como alunos, pais e equipe gestora), o que poderia enriquecer ainda mais o panorama analisado. No entanto, essa escolha foi intencional, com o objetivo de manter o foco no olhar docente e aprofundar a compreensão de suas experiências, necessidades e percepções.

Resultados

Caracterização da Escola

A Escola Municipal 24 de Junho atende aproximadamente 440 alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I. Conta com 20 professores e uma estrutura física modesta, sem biblioteca, sala de recursos multifuncionais ou brinquedoteca. Não há presença de profissionais especializados como psicopedagogos, intérpretes de Libras ou profissionais de apoio.

Perfil dos Participantes

Os docentes participantes tinham entre 23 e 54 anos, com tempo de atuação docente variando entre 1 e 25 anos. Apenas dois dos participantes relataram já ter cursado formação específica em educação inclusiva.

Análise dos Resultados: Percepção Docente, Barreiras e Sugestões

Categoria	Aspectos Observados	Dados/Relatos dos Professores
Percepção Docente sobre Formação Continuada	Importância da formação para a inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - 88% reconhecem que a formação é essencial para atender alunos com NEE. - 100% afirmam que a formação continuada deveria ser obrigatória.
	Participação em formações	<ul style="list-style-type: none"> - 63% participam raramente ou nunca. - 25% participam eventualmente (a cada 2 ou 3 anos). - Apenas 12% participam anualmente.
	Avaliação da qualidade das formações	- 75% consideram a formação ofertada insuficiente ou superficial.
Principais Barreiras Relatadas à Educação Inclusiva	Formação insuficiente	- 75% apontam a falta de formação específica como maior obstáculo.
	Falta de recursos pedagógicos acessíveis	- 63% relatam ausência de materiais adaptados.
	Infraestrutura inadequada	- 50% apontam deficiência na estrutura física da escola.
	Sobrecarga e falta de apoio institucional	- 38% mencionam acúmulo de funções e falta de suporte da gestão.
	Propostas de formação	<ul style="list-style-type: none"> - Ciclos semestrais com foco prático e linguagem acessível. - Temas desejados: TEA, TDAH, deficiências múltiplas, adaptação curricular e avaliação diferenciada.
	Apoio profissional e institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de equipe multiprofissional (psicólogos, intérpretes de Libras, auxiliares). - Envolvimento ativo da gestão escolar.

	Melhoria da estrutura física e pedagógica	- Rampas, banheiros acessíveis, brinquedos adaptados, recursos visuais e táteis.
--	---	--

Discussão

Os dados levantados por esta pesquisa evidenciam a persistência de um distanciamento significativo entre a legislação que rege a educação inclusiva no Brasil e as condições reais encontradas nas escolas públicas de regiões interioranas, como o distrito de Lindoeste, no município de São Félix do Xingu (PA). Embora os marcos legais estabeleçam com clareza os direitos dos alunos público-alvo da educação especial e as obrigações das instituições de ensino, os professores continuam enfrentando um cenário de desvalorização, falta de estrutura, escassez de recursos e ausência de apoio técnico.

É evidente que a formação continuada assume um papel central na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Contudo, ela não pode ser reduzida a eventos esporádicos, cursos generalistas ou capacitações pontuais promovidas para cumprir metas burocráticas. Conforme revelado pelos docentes entrevistados, há uma demanda urgente por formações que articulem teoria e prática, que abordem os desafios reais enfrentados na sala de aula e que proporcionem suporte contínuo para a aplicação do conhecimento.

A literatura corrobora esse entendimento. Autores como Mantoan (2015), Sassaki (2010) e Nóvoa (1992) defendem que a formação docente precisa ser compreendida como um processo dinâmico, permanente e reflexivo, que valorize o saber experiencial do professor e promova o desenvolvimento de competências específicas para o atendimento à diversidade. A formação, para ser efetiva, deve partir da escuta ativa dos docentes, da análise crítica da realidade escolar e da construção colaborativa de estratégias pedagógicas.

Outro aspecto fundamental é o envolvimento institucional. A inclusão escolar não pode ser uma responsabilidade exclusiva do professor da sala regular. Ela requer o comprometimento de toda a comunidade escolar, desde os gestores até os profissionais da limpeza, passando pelas famílias, os estudantes e os órgãos da administração pública. A ausência de uma equipe multiprofissional, por exemplo, foi amplamente mencionada pelos participantes

como fator limitante: sem o apoio de psicólogos, intérpretes de Libras, cuidadores, assistentes sociais e professores de apoio, o professor se vê sozinho diante de demandas que vão muito além de sua formação inicial.

Também é importante destacar o papel da infraestrutura escolar. A escola investigada carece de ambientes acessíveis, de materiais pedagógicos adaptados, de brinquedos inclusivos, de salas de recursos multifuncionais, de biblioteca e de laboratório de informática. Esse conjunto de carências compromete a permanência e a aprendizagem dos alunos com deficiência, limitando sua participação plena nas atividades escolares e reforçando sua condição de “corpos estranhos” dentro do ambiente escolar.

A sobrecarga de trabalho, relatada por vários professores, também aparece como obstáculo à efetivação da inclusão. Sem tempo para planejamento colaborativo, adaptação de materiais ou reflexão sobre a prática, os docentes acabam recorrendo a estratégias de improviso, muitas vezes insuficientes para atender às demandas específicas de seus alunos. Essa sobrecarga também contribui para o adoecimento físico e emocional dos profissionais, que se sentem desamparados, pressionados e culpabilizados pelos fracassos educacionais que deveriam ser assumidos de forma coletiva.

É importante ainda mencionar que, embora os professores demonstrem disposição para aprender e para construir práticas inclusivas, essa motivação esbarra na ausência de incentivo institucional e no descompasso entre o que se prega nas políticas públicas e o que se vivencia na escola. Como consequência, muitos docentes acabam desenvolvendo sentimento de frustração, impotência e desmotivação, o que compromete não apenas sua atuação profissional, mas também o desenvolvimento de seus alunos.

Por outro lado, o presente estudo também evidencia que, mesmo diante de tantos desafios, os professores da Escola 24 de Junho buscam caminhos possíveis. Eles propõem formações práticas, solicitam a presença de profissionais especializados, sugerem melhorias na infraestrutura e apontam a necessidade de valorização do seu trabalho. Essas vozes precisam ser ouvidas e consideradas na formulação de políticas educacionais. O professor não pode mais ser visto como mero executor de diretrizes externas, mas como protagonista do processo educativo.

Portanto, é imprescindível que as políticas de formação continuada passem por uma reestruturação profunda. Elas devem ser planejadas com base em diagnósticos participativos, articuladas ao projeto político-pedagógico da escola, acompanhadas por instâncias de apoio técnico e avaliadas de forma processual. Devem, ainda, ser entendidas como investimento e não como despesa, como espaço de empoderamento e não de mera conformidade institucional.

Em síntese, a formação continuada, quando bem planejada, contextualizada e comprometida com a prática, pode se tornar uma ferramenta poderosa para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva. No entanto, sem investimento, sem escuta e sem estrutura, ela corre o risco de se tornar mais um componente inócuo dentro do sistema educacional. O desafio está posto, e cabe ao poder público, às instituições formadoras, às gestões escolares e à sociedade como um todo assumir sua parcela de responsabilidade na superação dessas barreiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito compreender, a partir da realidade da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental 24 de Junho, situada no distrito de Lindoeste (São Félix do Xingu – PA), de que forma a formação continuada contribui (ou não) para a efetivação da educação inclusiva no contexto da rede pública municipal. A escolha por esse recorte territorial se deu justamente pela sua relevância enquanto retrato das dificuldades enfrentadas por muitas escolas do interior do Brasil, sobretudo na Região Norte, marcada por distâncias geográficas, desigualdades sociais e limitações orçamentárias.

Os resultados obtidos por meio da aplicação de questionários semiestruturados junto aos professores da escola revelam um quadro preocupante, mas ao mesmo tempo revelador. A maioria dos docentes reconhece a importância da inclusão, mas sente-se despreparada, sobrecarregada e desassistida para realizá-la. As formações ofertadas são escassas, pontuais, pouco práticas e descoladas da realidade escolar. A infraestrutura da escola é precária, e a ausência de equipe multiprofissional agrava ainda mais os desafios enfrentados diariamente pelos educadores.

Diante dessa conjuntura, é possível afirmar que a formação continuada, embora necessária, não pode operar de forma isolada. Ela precisa ser parte de um conjunto articulado de políticas públicas que incluam investimento em infraestrutura, contratação de profissionais especializados, ampliação dos recursos pedagógicos e valorização da carreira docente. Além disso, é essencial que a gestão escolar seja ativa, participativa e comprometida com a construção de uma cultura inclusiva, que envolva toda a comunidade e não apenas os professores.

O estudo também permite concluir que os professores têm muito a contribuir com a construção das políticas educacionais. Suas sugestões, observações e críticas são fundamentais para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a implementação de ações que sejam, de fato, transformadoras. Ignorar a experiência dos docentes é desperdiçar um saber potente, construído no enfrentamento cotidiano das dificuldades.

Assim, as considerações aqui apresentadas não se encerram em si mesmas. Elas devem ser vistas como um chamado à ação — às secretarias municipais de educação, às universidades, às gestões escolares e a todos os atores comprometidos com a democratização do acesso e da permanência na escola. A inclusão não pode ser vista como responsabilidade exclusiva dos professores ou como um favor prestado aos estudantes com deficiência. Ela é um direito garantido por lei, um princípio ético e um compromisso social que exige esforço, investimento, diálogo e coragem.

É preciso, portanto, que a formação continuada se configure como um espaço de escuta, aprendizagem, fortalecimento e transformação. Uma escola inclusiva não se constrói com boas intenções ou discursos prontos, mas com práticas fundamentadas, políticas eficazes e educadores valorizados, apoiados e bem formados. Que este estudo sirva como ponto de partida para outras investigações, debates e ações concretas em prol de uma educação que acolha e respeite a todos, sem exceção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** – Lei nº 13.146/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

MANTOAN, **Maria Teresa Eglér.** **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York: Organização das Nações Unidas, 2006.